

ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O contexto do desenvolvimento: a ruptura do tradicionalismo administrativo e a inserção do inusitado. As grandes correntes de pensamento: desenvolvimento institucional e eficiência administrativa como causas ou consequências do desenvolvimento. Globalização e a nova governança pública: estágios do desenvolvimento: as possibilidades, os limites e a transferabilidade do saber administrativo. Desenvolvimento de novas competências e habilidades: temas e instrumentos administrativos na diversidade e na interculturalidade

ANÁLISE DE ORGANIZAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS - AOPP

O programa da disciplina está centrado na análise de organizações e políticas públicas no atual contexto brasileiro. Seu exame se dará à luz do pensamento administrativo contemporâneo, com ênfase nas técnicas e práticas vinculadas à análise organizacional e, a condução metodológica será voltada à orientação de propostas de intervenção.

BOA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

O objetivo desta disciplina é entender “boa governança” no setor público tanto em sua dimensão teórica quanto empírica. Há dois módulos no curso. O primeiro trata de transparência e accountability sob uma perspectiva comparada, e o segundo analisa corrupção principalmente do ponto de vista brasileiro. Os módulos se unem na preocupação em identificar boas e más práticas, principalmente no Poder Executivo, e no objetivo de entender o que é “boa governança”, como mensurá-la e como alcançá-la.

CONTABILIDADE FINANCEIRA NO SETOR PÚBLICO

Diferenças entre as políticas contábeis atualmente requeridas no Brasil e as políticas contábeis que os entes públicos brasileiros estavam acostumados e preparados a adotar. O processo brasileiro de convergência das normas locais às IPSASs e a implantação das IPSASs conduzido pelos diversos entes federativos do Brasil. Os requerimentos contábeis da Lei 4.320/64. Requerimentos contábeis das IPSASs (originais). Aspectos “avançados” das IPSASs (originais). Requerimentos contábeis da STN. Outros aspectos legais que podem influenciar escolha de políticas contábeis. Relação custo-benefício da informação contábil. Uso da informação contábil como orientador e legitimador de políticas públicas.

DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADO EM EVIDÊNCIAS

O setor público possui demandas crescentes que precisam ser atendidas por um orçamento limitado. Assim, a necessidade de aplicar recursos em políticas que de fato gerem impacto é cada vez mais premente. Mas que políticas são essas? Embora não exista uma fórmula mágica para prover educação de qualidade, ofertar saúde sem filas e prover segurança em todas as áreas de uma cidade, pesquisas são capazes de identificar desenhos de políticas que são promissoras ou que foram atestadas como fracassadas. O uso de evidências para apoiar o desenho de políticas é uma prática crescente em países como Inglaterra, EUA e Chile, mas ainda incipiente no Brasil.

DESIGUALDADE, POBREZA E POLÍTICA

A disciplina aborda as diferentes perspectivas normativas acerca da pobreza e desigualdade, aspectos políticos da distribuição de renda, o debate sobre a causas da pobreza e suas implicações para o desenho de políticas públicas para combatê-la. Em paralelo a estes pontos substantivos, a disciplina introduz também noções de avaliação de impacto por meio de intervenções aleatorizadas controladas e abordagens quase-experimentais. Espera-se que os alunos desenvolvam um entendimento básico acerca do debate atual sobre políticas de redução de pobreza, entendam as limitações das diferentes abordagens, e despertem o interesse pela ideia de avaliação de impacto de políticas públicas. As primeiras aulas serão mais conceituais, mas a maior parte do curso examina material eminentemente empírico.

ECONOMIA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

A história da América Latina é marcada pela alternância entre períodos de exuberância e crise econômica, que afetam e são também afetados por decisões políticas domésticas. A disciplina explora a interação entre fatores políticos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, com o objetivo de examinar a trajetória do desenvolvimento latino-americano, utilizando literatura teórica relevante e estudos de caso para analisar as origens e o impacto dos modelos de desenvolvimento adotados na região, assim como para explicar os padrões de variação temporal e intra-regional. Estudo do funcionamento das democracias latino-americanas entre o final da segunda guerra mundial até a sucessão de golpes militares ocorridos em quase toda a região. O foco será nas relações entre performance econômica e regime de governo. Serão examinadas, também, explicações para a emergência de regimes repressores nas décadas de 1960 e 1970. Análise de leituras com foco nos processos de redemocratização e reforma econômica que

ocorreram na maior parte da América do Sul, nas décadas de 1980 e 1990. Exame de quem ganhou e quem perdeu com as reformas. Abordagens sobre como perspectivas de consolidação democrática são afetadas por mudanças na estratégia de desenvolvimento adotadas por diferentes países. Análise sobre as denominações convencionais de governos pós-neoliberais da região e comparação entre estratégias de esquerda estatistas e de mercado.

EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Novas tecnologias, novas possibilidades, novos comportamentos, novos modelos de negócios, novas necessidades, novos desafios. Instrumentos conceituais e analíticos: compreendendo a ciência da complexidade e implicações na gestão; utilizando o conceito de bem público como referência de efetividade no setor público; busca de soluções inovadoras com criatividade; atendendo stakeholders com efetividade; o processo de inovação e o papel do governo. Sustentabilidade: a busca do equilíbrio entre força e fraqueza; cooperação e competição; diversidade e padronização; preservação e destruição; indústria e comunidade; e inclusão e separação.

ESTRATÉGIA DE ENSINO

A evolução e relevância do estudo da administração. Educação, ensino e aprendizagem. Educação no Brasil. Planejando e simulando a função docente.

ESTRUTURA E PROCESSOS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

As diferentes naturezas das organizações públicas e sem fins lucrativos. As múltiplas estruturas organizacionais: definição, complexidade, formalização, tamanho. Novas formas organizacionais. Reflexos da estrutura na vida e arranjos organizacionais. Processos organizacionais: desenho e redesenho dos fluxos de informações.

ESTUDO APROFUNDADO DE CASO - EAC

Debate sobre definições, recursos e potencial dos casos voltados ao ensino e aprendizagem no setor público. Diferenças entre estudos de caso para pesquisa acadêmica e para ensino aplicado. Análise de casos curtos e longos. Tipologia de casos, metodologia e usos. Como escrever estudos de caso. Planejamento de pesquisa e projeto para elaboração do caso. Noções de aplicação de casos e elaboração de nota pedagógica.

ÉTICA E CULTURA

A disciplina tem por objetivo habilitar os participantes para a avaliação crítica dos problemas éticos e culturais com que possam se defrontar ao longo da vida profissional e a formulação de hipóteses de trabalho e de sistemas de aferição essenciais para o exercício da função gerencial nos campos da ética e da cultura organizacional. Os temas abordados em sala são: campo dos valores: campo conceitual, mapeamento conceitual, protótipos e arquétipos; campo da ética: filiação ética, utilitarismo ético, a ética do dever, relativismo ético, pluralismo ético, ética e responsabilidade; campo da cultura, campo habitus e discurso, os atores e o sistema, cultura técnica, contexto e tendências.

GESTÃO E CONTROLE SOCIAL

Identificar e discutir referências conceituais e práticas que definem e caracterizam processos de gestão e controle social na Administração Pública. Teses sobre a estrutura gerencial do setor público brasileiro. Elementos históricos que promoveram o surgimento do (s) significado (s) de gestão social. Fundamentos teóricos da gestão social. Cidadania deliberativa como pressuposto da gestão e controle social. Controle social. Estado, sociedade civil e mercado como ambientes operacionais em gestão e controle social. Arranjos institucionais e práticas de cidadania deliberativa. Coordenação interinstitucional como instrumento sincrônico em gestão social. Planejamento participativo como instrumento dialógico das ações em gestão social. Pesquisa-ação como método de estudo em gestão social. Experiências em gestão social.

GOVERNANÇA COLABORATIVA

Governança contemporânea e redes de governança: definições, tipos, formas, características distintas, dinâmica. Modelagem de redes de governança: iniciação, implementação, consolidação, monitoramento e avaliação. Gestão de redes interorganizacionais: estratégia, estrutura, processos, pessoas, tecnologias, financiamento, gestão da interação (animação), M&A, comunicação. Gestão de parcerias: papéis, modelos, instrumentos, posturas e requisitos.

GOVERNANÇA DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E DO TERCEIRO SETOR

Diferenciando gestão e governança. A visão histórica da firma e o surgimento das organizações contemporâneas. Propriedade, gestão e controle. Mercado, organizações e estruturas hierárquicas. Contratualização e os problemas de agência. Origem dos problemas de governança das organizações.

Estruturas de governança. Características da governança das organizações públicas. O desenho do Estado e as estruturas de governança. Questões de governança nas organizações estatais brasileiras. O papel dos conselhos. O terceiro setor no Brasil. Governança em organizações do terceiro setor. O problema da participação e representatividade na governança. Desenvolvendo sistemas e diretrizes de governança. Sistemas de controle externo e interno. Modelos teóricos associados à governança.

GOVERNANÇA PARA RESULTADOS

Governança contemporânea e gestão para resultados. Abordagens correntes de gestão para resultados. A construção da estratégia: cenarização e análise ambiental; stakeholders; definição de propósito, resultados e iniciativas; indicadores de desempenho. A execução da estratégia: desdobramentos; contratualização, alinhamentos da estrutura, processos, pessoas, tecnologia, orçamento. O monitoramento e avaliação da estratégia: sistemática de M&A, disseminação e apropriação, aprendizado, transparência, responsabilização.

GOVERNO, ESTADO E SOCIEDADE

Análise do processo de formação do Estado-nacional, das relações entre o Governo e principais atores políticos. Caracterização da estrutura e funcionamento do sistema de representação política, bem como da dinâmica das relações de poder entre diferentes atores sociais. Formação do Estado Nacional: problemas do federalismo. Estrutura institucional e Representação de Interesses: Presidencialismo de coalizões, sistema eleitoral e partidos políticos. Atores e Dinâmica Política: Trabalhadores urbanos e o Sindicalismo, Empresariado Industrial e Associações de Classe, Militares, Burocracia, Campesinato, Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

LABORATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS I E II

O curso será dividido em duas partes: uma focada em temas relacionados com administração pública e governança e outra relacionada com o processo de políticas públicas, no contexto brasileiro. Os laboratórios buscam aproximar os participantes com organizações e programas públicos de natureza inovadora. A primeira parte do curso será centrada na apresentação, debate e análise de temas contemporâneos de administração pública e governança, incentivando o estudo de casos reais de inovação, adotados nos três níveis do governo no contexto

brasileiro, assim como no contexto internacional. Estratégias de flexibilização de gestão pública, gestão e avaliação por resultados, formas contemporâneas de controle e outras inovações gerenciais e de parcerias público-privadas serão exemplos de temas a serem debatidos. Casos concretos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas públicos serão debatidos e analisados na segunda parte do curso. Privilegiar-se-ão as áreas de políticas sociais, inovação tecnológica, finanças públicas, segurança e cidadania, acompanhando a orientação pedagógica do curso.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Fontes de informação para a pesquisa em administração; Importância da pesquisa científica; Propósitos da pesquisa em administração; Investigação humana e ciências; Propósitos de uma pesquisa; Alegações de conhecimento; Estratégias de investigação; Roteiro de um projeto de pesquisa; O processo de escrever; Modelo científico tradicional; Teorias e paradigmas; Pesquisa quantitativa x qualitativa; A natureza da causalidade; Raciocínio crítico; Conceptualização e medição; Operacionalização; Confiabilidade e validade; Generalização e triangulação; Escalas de mensuração; Construção de escalas; Dimensão temporal das investigações; Medidas; Métodos quantitativos na pesquisa em administração; Generalização e triangulação; Construção de questionário; Surveys e entrevistas; Índices e escalas; Investigação não obstrutiva; Métodos qualitativos na pesquisa em administração; Estudo de caso; Teoria fundamentada (groundedtheory) e Análise de dados qualitativos.

MÉTODO DE ESTUDO DE CASO

Apresentação do Método de Estudo de Caso e Comparação com outros métodos de pesquisa. Tipologias de Estudos de Casos. Componentes de um Estudo de Caso. Estrutura metodológica e testes associados ao Método de Estudo de Caso. Validação da Construção. Validação Interna. Validação Externa. Confiabilidade. As fases de elaboração de Estudos de Casos como peças científicas.

MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À TOMADA DE DECISÃO NO SETOR PÚBLICO

Este curso busca capacitar o aluno a identificar e aplicar ferramentas estatísticas adequadas para atingir os objetivos de um trabalho científico. A conexão entre a questão de pesquisa e o processo de modelagem estatística será enfatizada. O escopo da disciplina inclui técnicas de inferência estatística, aplicáveis

tanto a variáveis quantitativas como qualitativas. Além de ter contato com o desenvolvimento teórico das técnicas, os estudantes se envolverão em aplicações práticas com o uso de softwares estatísticos (SPSS), planilhas eletrônicas (Excel) e bancos de dados públicos.

ORÇAMENTO NO SETOR PÚBLICO

Os novos parâmetros da orçamentação e as funções de planejamento e controle no setor público. O caráter multifacetado do orçamento; as dimensões econômicas e política das escolhas orçamentárias. O ciclo orçamentário como sequência de decisões tomadas num contexto institucional e organizacional. A busca da inovação e a experiência internacional. O orçamento e a redução do caráter aleatório da gestão organizacional. Qualidade do gasto: os atributos do processo orçamentário e as alavancas para a transformação.

ORGANIZAÇÕES, DIVERSIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO

Como a heterogeneidade da força de trabalho impacta no ambiente e nas relações de trabalho. Políticas de diversidade de gênero, etnias, deficiências e orientações sexuais. Múltiplas identidades e gestão de carreira. Novas configurações das relações de trabalho. Liderança e Desenvolvimento gerencial. Prazer e Sofrimento no Trabalho. Sentidos e significados do trabalho. Prazer e realização no trabalho. Sofrimento no trabalho. Trabalho, Gestão e Subjetividade. Gestão de Pessoas, Relações de Trabalho e Comportamento Organizacional.

PLANEJAMENTO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Reflexão Estratégica: missão, valores e visões alternativas; Instrumentos de Reformulação Estratégica: diálogo estratégico, análises ambientais e organizacionais, cenários e futuros alternativos, intenções estratégicas, reconhecimento de fatores críticos e redefinição de pistas estratégicas; Reconstrução Organizacional: focos, métodos e condução do processo de inovar. A prática da novidade: desenvolvimento e gestão de ideias novas. Habilidades na gerência da mudança; Análise do Desempenho: agregação de valor (social e econômico), qualidade e inovação no processo de trabalho; indicadores de eficiência, eficácia e efetividade.

POLÍTICA BRASILEIRA: POLÍTICA SOCIAL

Analisar os principais avanços na proteção social brasileira em direção à construção de uma democracia social capaz de assegurar direitos sociais de forma efetiva aos cidadãos. Identificar e analisar os principais desafios relativos à

universalização da cobertura, padrão de benefícios, gestão descentralizada e em rede, relação público-privado financiamento e gasto social, participação. Serão tratadas políticas incluídas no âmbito da Seguridade Social, (saúde, previdência e assistência a depender da questão a ser estudada).

POLÍTICAS DE DEFESA E ORGANIZAÇÕES MILITARES

Formulação, execução e desempenho da política de defesa, aqui entendida como uma política governamental voltada para a produção da paz em termos aceitáveis e que tem como meio as Forças Armadas. Forças Armadas, sua organização, recursos, qualidade e efetividade: experiência internacional e experiência brasileira. As relações civis-militares e a condução da política de defesa. O aparato institucional e a cultura da segurança nacional. Os determinantes das doutrinas militares. As fontes da inovação militar. A efetividade militar.

POLÍTICAS PÚBLICAS

O objetivo deste curso é examinar os processos políticos em uma perspectiva comparativa a fim de adquirir um entendimento sólido do governo e dos desafios e soluções da política pública. O curso começa examinando os microfundamentos do comportamento político e burocrático, os determinantes das políticas públicas, e os atuais e iminentes desafios institucionais e estruturais que estão transformando o que estado faz e a maneira como ele o faz. O princípio organizativo central da segunda parte do curso é o ciclo político - desde a definição da agenda política, a formulação, adoção, implementação, fiscalização e reforma das políticas públicas. Emprega-se um misto de teoria e exemplos empíricos de diferentes países para elucidar políticas públicas de diferentes esferas. Conceitos chave no processo político incluem o papel da deliberação e a formulação da política, competição, coordenação, cooperação e ação coletiva, descrição, delegação, quantificação e avaliação, custos de transição e assimetrias informacionais.

POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO

Instrumentalizar o aluno com teorias, técnicas e informações que possam subsidiar o processo de formulação e avaliação de políticas públicas sob um novo paradigma demográfico, com baixo ritmo de crescimento populacional. Apresentar e discutir indicadores demográficos que possam subsidiar o processo de formulação e acompanhamento de políticas setoriais. A dinâmica demográfica brasileira. Indicadores Demográficos para

as Políticas Públicas. Análise dos Componentes Demográficos em algumas Políticas Setoriais.

POLÍTICAS PÚBLICAS, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Instrumentalizar o aluno com teorias, técnicas e informações que possam subsidiar o processo de formulação e avaliação de políticas públicas sob um novo paradigma demográfico, com baixo ritmo de crescimento populacional. Apresentar e discutir indicadores demográficos que possam subsidiar o processo de formulação e acompanhamento de políticas setoriais. A dinâmica demográfica brasileira. Indicadores Demográficos para as Políticas Públicas. Análise dos Componentes Demográficos em algumas Políticas Setoriais.

POLÍTICAS REGULATÓRIAS

Entende-se que instituições são sistemas intertemporais de regras e procedimentos formais ou informais que restringem comportamentos oportunistas ou incentivam ações cooperativas de atores políticos e econômicos. Dessa forma, instituições cumprem a função de 'regras do jogo' nas sociedades. Elas reduzem as incertezas ao proporcionar previsibilidade e propiciar estabilidade nas inter-relações sociais e no processo de formulação de políticas. O processo mediante o qual as políticas são discutidas, aprovadas e executadas, tem um impacto significativo na qualidade das políticas públicas, sobretudo na capacidade dos atores políticos em proporcionar um ambiente estável, modificá-las quando necessário, executá-las e torná-las efetivas. Os processos de formulação e implementação de políticas são muito complexos, devido à multiplicidade de atores que deles participam, com diferentes graus de poder, horizontes temporais e incentivos distintos, à variedade de cenários em que atuam, e à grande diversidade das regras que influenciam seus comportamentos.

REDES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Do Estado Burocrático à Nova Governança Pública: reformas e transformações. Democracia participativa e relações contratuais. Parcerias com o setor privado: Parcerias Público Privadas & Concessões. O modelo de agência reguladora independente. Parcerias com o terceiro setor. Organizações Sociais e OCSCIPS. Análise de experiências setoriais e estudos de casos. Gestão de crises no setor público. As redes como instrumentos de gestão de crises complexas.

SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO: INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Os primeiros trabalhos que demarcam o espaço da administração pública como um campo distinto de conhecimento lançam, simultaneamente, o debate acerca da sua legitimidade. Trata-se, de fato, de um espaço diferenciado de outras disciplinas que contribuem para a análise das relações complexas Estado-Governo-Sociedade, tais como ciência política, sociologia e administração privada?

Esta disciplina busca desenvolver uma compreensão crítica da trajetória de Administração Pública como um espaço distinto teórico e prático, destacando, ao lado dos principais marcos e debates teóricos, seu impacto nas reformas do setor público nas últimas décadas.

O que é a administração pública? Quais as principais problemáticas que dirigem os principais debates teóricos da área? Como os marcos teóricos desenvolvidos no âmbito da disciplina tem influenciado as principais reformas empreendidas no âmbito do setor público? – essas são algumas das questões que serão discutidas ao longo dos encontros.

TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração Pública: demarcando um novo campo de conhecimento/prática. Teorias organizacionais e teorias de administração pública. Temas e debates do campo: política e administração/burocracia, eficiência e democracia/ políticas públicas e policyanalysis/ administração pública comparada/ normativismo/ "managerialismo". Teorias de administração pública e reformas administrativas. Dilemas da Administração Pública Contemporânea: relações público-privadas sob a perspectiva da governança. Novas formas de provisão e gestão dos serviços públicos: prestação direta ou delegada; desestatização, privatização, publicização, desregulamentação e terceirização. Organizações sociais, OSCIPs, OMPS, serviços sociais autônomos. Contratos de gestão. PPPs. Agências executivas. Agências reguladoras. Regulação. Novas fronteiras e legitimidade em administração pública.